



SERVIÇO PROFESSORAS(ES)

POLÍTICAS DE CURRÍCULO, QUALIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

Eixo 06 – Currículo, Formação, Diversidade e Diferença

MATERNIDADE: políticas curriculares para a permanência das *mulheresmães* nos espaços acadêmicos

RIBEIRO, Yngrid Gisellen de Freitas. UFRB
ygisellenf@gmail.com

LIMA, Rafaela dos Santos. UFRB
rafaelalima@ufrb.edu.br

DUTRA-PEREIRA, Franklin Kaic. UFPB
franklin.kaic@academico.ufpb.br

Como uma mulher que é mãe, ou que acabou de descobrir a maternidade consegue vislumbrar uma graduação ou uma pós graduação perante o cenário da maternidade em que ela está inserida? Sem dúvidas, o lugar pensado pela sociedade para mulheres que têm filhos é a maternidade como único caminho possível. Historicamente, o acesso à educação foi pensado a partir do corpo masculino. Apesar da educação ser oferecida às mulheres, o intuito da formação feminina era prepará-las para o casamento. A ausência, não voluntária, das mulheres na educação acarretou na sua invisibilidade no contexto acadêmico-científico. Sob a perspectiva da invisibilidade, é crucial reconhecer que outros corpos também são atravessados pela aniquilação e têm recebido escasso espaço de discussão, resultando em seu apagamento na esfera acadêmica. Corpos dissidentes, como os de mulheres-mães, por exemplo, são sistematicamente marginalizados. A escolha pela maternidade é demonizada na construção da carreira acadêmica, pois o tempo dedicado aos filhos é vista como uma ameaça à produtividade. Uma produtividade moldada para se encaixar na lógica igualitária que ignora as disparidades entre os pares... O corpo que materna não torna-se incapaz de produzir cientificamente, mas é o corpo visto como não possível de garantir produtividade a partir da maternidade, para isso é preciso investimentos em políticas institucionais eficazes que garantam subsídios para que *mulheresmães* possuam condições de permanecerem nos espaços acadêmicos sem serem subalternizadas. As políticas de permanência estudantil nas Instituições de Ensino Superior rompem com a estagnação, criando condições mínimas para que estudantes permaneçam nos cursos de graduação. Esses dispositivos são subversivos, pois oferecem subsídios que desafiam e reduzem as desigualdades sociais. Ao transformar o ambiente acadêmico, essas políticas não apenas melhoram o desempenho dos estudantes, mas também combatem desistências e evasões, desmantelando as barreiras que perpetuam a exclusão. Pensando neste cenário de necessidade de política institucional que impacta diretamente nos processos de entrada e permanência das *mulheresmães* no ensino superior, faz-se



SERVIÇO PROFESSORAS(ES)

POLÍTICAS DE CURRÍCULO, QUALIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

necessário buscar quais as políticas de assistência/permanência que as instituições oferecem às mães universitárias? Dentre as políticas de assistência estudantil no âmbito mais **geral** temos a existência de alguns Projetos de Leis que são importantes para as mães universitárias, como por exemplo: A licença maternidade, o regime de exercício domiciliares, a prorrogação de prazos e conclusões, e a inclusão da licença maternidade no currículo lattes. Apesar da existência destas ações de permanências, ainda há muitas inquietações que ficam sem respostas dentro destas tentativas de subsídios maternos, como por exemplo, o prazo ofertado a licença maternidade de 120 dias de afastamento sendo que o Ministério da Saúde recomenda um período de seis meses (210 dias) para o aleitamento materno completo. A conta não fecha. Caberia uma readequação das Instituições de Ensino para que não haja um rompimento na amamentação. Além disso, temos uma imensa falha no regime de exercícios domiciliares, onde não há um planejamento das universidades já estruturado para atender esses corpos maternos. Há apenas uma enxurrada de atividades com prazos estabelecidos para a entrega. Transforma-se o regime de afastamento em uma barreira colossal. O fato é que apesar de haver políticas que assegurem a permanência e a igualdade entre as **mulheres mães** e demais pesquisadores, ainda há a necessidade de promover mais políticas de assistência e, sobretudo, fiscalizar as existentes a fim de assegurar que estas estejam sendo implementadas ao público de interesse.

Palavras-Chave: Ensino Superior; Maternidade; Políticas de permanência.

Referências

KELLER, Evelyn Fox. **Reflexiones sobre género y ciencia**. Valencia: Ed.Alfons el Magnànim, 1991.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.